

MENSAGEM DA DIRETORIA DO INESCO

2015 está sendo um ano que começou com governos novos, tanto no plano federal como estadual e desafios antigos, tanto na área da saúde como da educação e, em particular, da formação profissional em saúde. Infelizmente não começamos bem o ano. Em fevereiro, mais precisamente na noite do dia 10, o Movimento “Saúde + 10” foi sepultado no Congresso Nacional.

O Governo Federal editou um pacote de medidas, que recebeu a aprovação da maioria dos deputados, definindo a aplicação em saúde de até 15% das receitas correntes líquidas da União. O projeto de lei de iniciativa popular que recebeu 2,2 milhões de assinaturas, muitas delas de paranaenses, graças a participação decisiva da Secretaria Estadual de Saúde, de muitas Secretarias Municipais e de movimentos sociais como a pastoral da saúde e o próprio INESCO, estabelecia 10% das receitas correntes brutas da União.

Segundo os cálculos feitos pelo próprio Ministério da Saúde, o SUS corre o risco de, ao invés de ter orçamento acrescido, sofrer um recuo no seu orçamento. O que só não acontecerá porque o projeto aprovado só terá vigência a partir de 2016! Não precisamos ser muito espertos para deduzir que os governos estaduais e municipais continuarão arcando com parcelas crescentes dos orçamentos em saúde, algumas vezes acima dos percentuais

(15% e 12% respectivamente) estabelecidos pela Lei 141/2012. E mesmo assim, insuficientes para o desenvolvimento de serviços com qualidade pelo SUS.

No entanto, não desistimos da luta. Desde 2013, com a transformação em Instituto estamos nos preparando do ponto de vista legal e organizativo para assumir de uma forma ainda maior as responsabilidades políticas, técnicas e científicas para a produção, disseminação e preservação dos conhecimentos sobre a Saúde Coletiva e a Saúde Pública paranaense. Não somos autossuficientes. Continuamos necessitando das parcerias estabelecidas, em especial com a Secretaria de Saúde do Governo do Paraná.

Nesse sentido, estamos organizando o **3º Congresso Paranaense de Saúde Pública**, a ser realizado de 27 a 30 de julho de 2016, no litoral do Paraná, com “novos olhares para a saúde”. Este será mais um momento importante de visualização dessa nova realidade, que estamos construindo com a participação crescente de antigas e novas lideranças, que se incorporam a este movimento de construção do SUS no Paraná, avançando ainda mais no debate entre o relacionamento do estado e a sociedade, em função dos diversos modelos institucionais e organizacionais existentes para a provisão de serviços de saúde.

Queremos que o Congresso, em julho do ano que vem, seja o momento de cristalização e de disseminação de estudos, análises e propostas que venham a ser amadurecidas no decorrer dos próximos meses. Realizaremos alguns Seminários preparatórios macrorregionais em que buscaremos reunir profissionais dos serviços estaduais, municipais, professores e estudantes da área da saúde das Instituições de Ensino públicas, privadas e do Terceiro Setor existentes, prestadores de serviços e lideranças comunitárias.

Como neste ano estão sendo realizadas as Conferências Municipais de Saúde e a 11ª Conferência Estadual será realizada nos dias 19 a 21 de agosto, preparatórias da 15ª Conferência Nacional de Saúde, que será realizada em Brasília nos dias 23 a 26 de novembro, deixaremos para realizar em setembro e em outubro os Seminários Macrorregionais mencionados.

Estamos acompanhando com apreensão crescente a crise ética e fiscal que se instalou no Governo Federal, com repercussões para os Estados e Municípios. Até mesmo porque o epicentro da Operação “Lava a Jato”, com suas infindáveis fases, está instalada na capital do nosso estado. A mobilização e manifestação legítima da sociedade é bem-vinda! Não conseguiremos superar os entraves atuais se não alcançarmos um patamar de cidadania em que a corrupção seja combatida com rigor. O INESCO, assim como inúmeras entidades da sociedade civil, não se omite. Apoiamos as investigações da Justiça Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público do Paraná. Exigimos a punição aos culpados e a devolução aos cofres públicos, em especial da Petrobrás, dos recursos desviados.

Junte-se a nós!

Londrina, março de 2015.

João José Batista de Campos

Diretor Presidente